

O ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS COM TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM: ALGUMAS REFLEXÕES

Ana Paula Sousa Ávila¹; Ulyane Vieira Gomes²;

Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro³

¹Universidade Estadual do Ceará (UECE), Itapipoca, Ceará, Brasil, E-mail:

apsa.avilash@gmail.com

²Universidade Estadual do Ceará, Itapipoca, Ceará, Brasil,

E-mail: ulyanegomes@gmail.com

³Universidade Estadual do Ceará (UECE), Itapipoca, Ceará, Brasil,

E-mail: mirtielfrankson@gmail.com

Resumo

O Acompanhamento Educacional Especializado já é uma realidade em nossos dias. Frente a isso, neste artigo, produzido em 2026, analisamos como o acompanhamento especializado contribui para o desenvolvimento das pessoas com transtornos de aprendizagem. Nossa pesquisa buscou uma análise qualitativa, com observação participante, parte em sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE e parte em uma clínica terapêutica. O conceito de inclusão no âmbito específico da Educação implica em evitar a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. A implantação de uma educação de acessibilidade e inclusão, nos leva a quebrar paradigmas, visto que seguimos padrões, regras que abrangem ao todo sem se atentar às particularidades ou deficiência intelectual. Padrões estes, que necessitam ser superados. Muitos aspectos ainda temos de aprender, resgatar, reestruturar, superar e transformar para que de fato haja mudanças e melhoras para que a inclusão aconteça. Concluímos que até o momento o quanto há para se realizar nessa área de atuação e implementação de estudo e ensino com acolhimento e valorização, de modo que todos possam ser artífices deste bem e contribuam para uma sociedade mais em comum e livre de preconceitos e descasos.

Palavras-Chave: Educação inclusiva. Acompanhamento. Deficiência intelectual.

Introdução

Vivemos em uma sociedade multifacetada, ou seja, com características diversas e composta por pessoas de diferentes estilos de vida. Seja na cultura, idade, educação, etnias e religiões, mas cada sujeito com sua singularidade e potencial. E isso não é restrito às pessoas com transtornos de aprendizagem. Entendemos que o conhecimento é relevante para a vida em sociedade, em nossas relações familiares, trabalho e nas demais áreas de nosso cotidiano.

Neste estudo abordaremos sobre a necessidade do acompanhamento especializado para pessoas com transtornos de aprendizagem, enfocando como auxiliá-los diante de seus desafios e como um apoio adequado possibilita um melhor processo de desenvolvimento e crescimento deste público. A educação que é adquirida dentre outros espaços na escola, com conteúdo pré-organizados e estruturados ordenados dentro de uma matriz curricular necessária e abrangente às necessidades dos educandos, tenham eles deficiências intelectuais ou não.

Com efeito, os professores atuam como mediadores desse conhecimento formal e fundamental, como profissionais inclusivos para todos os alunos que lhe sejam confiados: “A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeitas” (Stainback; Stainback, 1999, p. 21). Porém, dentro dessa necessidade de conhecimentos, de aquisição da Educação que é um *direito de todos*, como consta na Constituição Federal do Brasil “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O acesso à educação deve ser garantido para todos, não se limitando a uma parcela privilegiada da população do país independentemente de vários fatores, sejam eles cognitivos, físicos, financeiros ou sociais, mas sim de forma democrática a todos e sem nenhuma distinção. Com essa perspectiva de desenvolvimento da pessoa de forma integral, objetiva e qualificada onde muitos são os desafios diante das múltiplas e variadas necessidades.

Esta pesquisa, realizada em 2026, tem por base uma abordagem qualitativa, como método recorremos também a uma revisão bibliográfica norteada por alguns autores como: Luís B. P. Nascimento, 2014; Maria Teresa Eglér Matoan, 2015; Rosa Blanco, 2003; Susan Stainback, 1999; Wilian Stainback, 1999. Nossa pesquisa buscou uma análise qualitativa, com observação participante, uma parte em sala de Atendimento Educacional Especializado - AEE e outra parte em uma clínica terapêutica, como visitas semanais a mesma, durante um período de quatro meses, de modo que nos levasse a efetivar nossa revisão de literatura.

De acordo com Minayo (2004, p. 22), “[...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Dessa forma, nossa escolha busca essa compreensão de um olhar crítico e mais qualificado sobre o efeito do atendimento especializado sobre os transtornos de aprendizagem. No que diz respeito à pesquisa bibliográfica, foram consultadas referências da área, Segundo Gil (2002, p. 44), “a natureza da pesquisa bibliográfica eleva a

discussão de diversos autores com base em material já elaborado, constituído especialmente de livros e artigos científicos”. Assim, elencamos o que autores discorrem sobre o assunto, a nos dar apresentar sua contribuição quanto ao tema que procuramos abordar.

Durante o período de observação, participando de planejamentos com os profissionais da área de Atendimento Educacional Especializado, compartilhando conteúdos, aplicação das atividades e ações, e orientações aos pacientes, fomos agregando os nossos conhecimentos à prática. Percebemos o quanto esse acompanhamento especializado é um grande auxílio e apoio aos sujeitos com transtornos de aprendizagem, bem como às suas famílias. Tantas vezes, estas famílias não têm a compreensão de como agir diante de situações desafiadoras, como as crises que estes indivíduos sofrem e como podem intervir positivamente.

Por meio do acompanhamento profissional, todavia, as famílias são auxiliadas, orientadas, e conseguem de forma concreta contribuir para o desenvolvimento e qualidade de vida dos seus. Por sua vez, as pessoas com transtornos de aprendizagem, por meio desse aparato profissional e familiar, passam a conhecer - se melhor em suas fragilidades e capacidades, bem como se sentem mais seguros e aptos não só para uma inserção social, educacional e familiar, mas também para desenvolverem - se de maneira integral. Compreendendo assim, que são sujeitos vistos pelo outro, pela sociedade, fazendo parte e se sentindo pertença da comunidade na qual habitam.

Nessa perspectiva, pretendemos analisar como o acompanhamento especializado contribui para o desenvolvimento das pessoas com transtornos de aprendizagem. Esse problema nasce do seguinte questionamento: como o acompanhamento especializado contribui para o desenvolvimento das pessoas com transtornos de aprendizagem? Identificando dificuldades no processo de aprendizagem dos mesmos e compreendendo como esse auxílio pode contribuir na trajetória dos alunos. Isso demonstra e confirma o que é exposto por Nascimento (2014, p. 13), ao afirmar que “isso só será possível quando cada cidadão, cada um de nós, entendermos que o movimento pela inclusão não é algo que está distante; o movimento pela inclusão é algo que deve fazer parte do nosso cotidiano”.

A educação nos abre as portas para o mundo e deve ser inerente às nossas relações, é algo inerente ao ser humano. Envolve nossas descobertas e experiências, vontades e habilidades, nos auxiliando a crescer e nos desenvolvermos de forma integral. A educação pode dar-se de maneira formal ou informal, geral ou especializada, mas é fato que ela se faz presente em cada dimensão de nossa vida e ao longo de nossa trajetória se torna indispensável.

Contudo, em nosso cenário atual encontramos vários desafios para que essa educação aconteça de forma integral e para todos. Não é desconhecido para nós, o número de pessoas

que sofrem com transtornos de aprendizagem, das mais variadas tipologias. O acompanhamento profissional e personalizado traz aos mesmos a capacidade de identificar suas necessidades e trabalhar estratégias diante dos desafios que enfrentam, daí surgiu o interesse pela pesquisa apresentada acima via objetivo e problema de pesquisa. Nessa perspectiva, neste texto é analisado como o acompanhamento especializado contribui para o desenvolvimento das pessoas com transtornos de aprendizagem, identificando conflitos no processo de aprendizagem, descrevendo situações do cotidiano as quais essas pessoas passam, e elencando esse auxílio tão necessário que é o acompanhamento especializado.

Trazemos então, uma breve contextualização de nossa sociedade atual, com sua necessidade e capacidade de acolher pessoas com transtornos de aprendizagem em seu seio. Vemos uma pequena conceituação acerca de Educação Inclusiva e como escolhemos realizar nossa pesquisa. Iremos num primeiro momento conversar sobre o nosso atual contexto educacional, igualmente refletiremos sobre a educação inclusiva e ainda acerca do atendimento educacional especializado, propriamente dito. E seguiremos às conclusões.

Contexto educacional atual

No contexto atual da educação no Brasil podemos ver os inúmeros desafios enfrentados pelos professores, sejam desafios estruturais, financeiros, pessoais, culturais ou sociais. O professor que hoje está em sala de aula, seja da educação pública ou privada, assume um montante de responsabilidades educacionais, que envolvem conflitos e papéis que não são os seus, mas que precisa administrar e contribuir com as demandas de sua profissão. Nos confirma Matoan (2003, p. 18), quando fala:

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, [...] e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal.

Seja desde as estruturas físicas nos locais de trabalho, o que pode dificultar o desempenho do seu plano de ação. Por espaços mal direcionados, falta de ambientes propícios para as atividades, ausências de verbas e investimentos para a melhoria das condições de ensino e de aprendizagem, enfim, a carência de espaços adequados para que o profissional exerça seu trabalho também pode ser maior desafio. Podemos citar também os inúmeros projetos propostos pelo Governo e as Secretarias de Educação, que podem também sobrecarregar esses profissionais, sem contar as classes com um número elevado de alunos.

os quais necessitam de maior atenção e muitos necessitam de suporte específico para aprender.

Assim,

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (Mantoan, 2003, p. 15).

Salas superlotadas, poucos profissionais para excessiva demanda de alunos e ainda desafios familiares e econômicos que podem permear esse ambiente, tornando-os ainda mais complexos para um bom exercício de trabalho. Hoje o professor se depara com situações em sala de aula que extrapolam sua formação e profissão. Com efeito, mencionamos ainda o quanto essas dificuldades podem influenciar na aprendizagem do aluno e também o impacto que isso tem sobre sua saúde mental. Além de todos esses desafios, o professor enfrenta um alunado que exige a atenção e o acompanhamento de demais profissionais. E na ausência desses, são os próprios professores que precisam obrigatoriamente exercer esse papel.

É cada dia mais comum encontrarmos em nossas escolas, crianças, adolescentes e adultos com transtornos de aprendizagem. Estudantes com as habilidades comprometidas por quadro como Dislexia, Transtorno do Déficit de Atenção (T.D.A.H), Transtorno do Espectro Autista (T.E.A.) e outros que não devem ser negligenciados. Deste modo,

[...] a escola inclusiva deve atender às necessidades de ‘todos’ e quaisquer alunos, nessa escola, as atitudes enfatizam uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição educacional com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive às associadas a alguma deficiência em qualquer instituição de ensino, e em todos os níveis de ensino. (Oliveira, 2012, p. 95 grifo do autor).

Pensando nisso, abordaremos e refletiremos um pouco acerca da educação inclusiva, das políticas e práticas de consolidação da inclusão escolar, bem como dos sujeitos que necessitam desse suporte, quando ou como necessitam e como o acompanhamento pode ser um interessante aliado no processo de aprendizagem destes. E como podemos ver, esse processo de integração dos alunos com transtornos de aprendizagens em sala normal, exige vários requisitos para a efetivação desta inserção, recursos estruturais e financeiros, métodos, técnicas, currículos, atividades e etc.

Refletindo sobre a educação inclusiva



Pensar os processos acerca da educação inclusiva é tocar em questões políticas e sociais, abordar questões governamentais, municipais, de ações, intervenções, acolhimento e respeito, dentro de contextos históricos e culturais. Esse processo requer mudanças, transformações e superações a cada dia, tanto na sala de aula como em outros espaços da sociedade. O conceito de inclusão no âmbito específico da Educação implica em evitar a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de Educação Inclusiva (EI), desenvolver políticas, culturas e práticas que valorizam o contributo ativo de cada aluno para a construção de um conhecimento construído e compartilhado e dessa forma, atingir a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação (Rodrigues, 2006).

No entanto, podemos perceber algumas dessas mudanças nos últimos anos. Políticas de acessibilidade para as escolas, currículos adaptados às necessidades, aparatos tecnológicos e até acompanhamentos individualizados. Mas que ainda não estão suficientemente consolidadas. Ao fazer uma análise histórica acerca da educação inclusiva aqui no Brasil, a princípio essa atenção esteve voltada apenas aos cegos, com a criação de um instituto para estes. (Aranha, 2005, p. 27). Vale lembrar também que essas iniciativas se iniciaram apenas de forma particular e não pública e ainda com um tom de exclusão. O objetivo era segregar as pessoas “normais” daquelas que apresentavam algum traço de “anormalidade”. Observamos que:

A primeira delas corresponde ao período anterior ao século XIX, chamada de “fase da exclusão”, na qual a maioria das pessoas com deficiência e outras condições excepcionais era tida como indigna da educação escolar. Nas sociedades antigas era normal o infanticídio, quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas, explicando-as como punição, em decorrência de pecados cometidos. Assim, as crianças que nasciam com alguma deficiência eram escondidas ou sacrificadas (Blanco 2003, p. 72).

Nessa fase inicial da história da educação inclusiva o cuidado às pessoas com deficiência eram práticas assistencialistas. Isso era abordado como mero processo preconizado pelos mesmos. Sem a devida atenção à dignidade destes, suas habilidades e vontades, seus conhecimentos e demais experiências. A Educação Especial passou a ser prevista, sendo de competência comum da União, Estado, do Distrito Federal e dos Municípios:

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; Art.24 – Compete a União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar corretamente sobre: XVI – Proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência. Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – Atendimento educacional especializado aos

Contanto, só em 1930 a educação especial passou a acontecer efetivamente nas escolas. Surge em 1954 a APAE (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais), a qual teve grande repercussão no país, devido à grande necessidade e a escassez de profissionais em escolas públicas para atenderem nessa área. Com apoio do Governo e das famílias, passaram a desenvolver um trabalho metodológico e específico para atender o seu público. Por orientação do MEC, em 1977 foi criada a política de Educação Especial, a qual orientava sobre a criação de classes especiais e escolas especiais para as necessidades dessas pessoas na rede pública, onde as crianças seriam atendidas por meio de consultas médicas. (Brasil 1977, p. 12).

Em 1994 podemos dizer que houve um marco para a Educação Especial. Na Espanha neste mesmo ano, aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais. Ficou conhecida como a Declaração de Salamanca, a qual orientava a inclusão de pessoas com deficiência no Sistema Educacional Normal. Onde se justificava que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994).

Essas colocações deveriam iluminar os governos dos países participantes, em suas ações acerca da inclusão na educação, ajudando-os na aplicação desses princípios, políticas e práticas para a educação especial na perspectiva de uma efetivação da educação inclusiva. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, nº 9.394/96 diz em seu texto que a Educação

Especial deve ser oferecida na rede regular de ensino e que deve haver profissionais para esses serviços atendendo as necessidades do sistema educacional de ensino. (Brasil, 1996).

No entanto, apenas recentemente em 2011, foi então promulgado um decreto de Nº 7.611 que discorre sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE. No decorrer dos anos o atendimento se popularizou nas escolas como “sala do AEE” fazendo referência à sala de recursos multifuncional onde acontece o AEE. Porém, Mantoan (2015) nos aponta:

Embora tenhamos caminhado muito no Brasil, a inclusão ainda mexe com associações de pais que adotam paradigmas tradicionais de assistência às suas clientelas; afeta professores da Educação Especial, que se sentem temerosos de perder o espaço que conquistaram nas escolas e classes especiais; envolvem ainda grupos de pesquisas das universidades (Mantoan, 2015, p. 25).

Podemos perceber então, o quanto essa questão da inclusão e acompanhamento especializado para pessoas com transtornos de aprendizagem perpassa várias dimensões dentro de âmbito educacional e familiar. Uma vez que as famílias são pertencentes à comunidade escolar, bem como os professores e quem é foco desta inclusão. É merecida uma atenção maior quando se trata de tais expectativas inclusivas.

Atendimento educacional especializado

Implantar uma educação de acessibilidade e inclusão, nos leva a quebrar paradigmas, visto que seguimos padrões, regras que abrange ao todo sem se atentar às particularidades. Tal quebra de normatização é desconfortável para muitos, desde governos, escolas e as famílias. Porque é necessário mudanças, saídas de si, da zona de conforto, dos padrões impostos. São necessários investimentos, novas aprendizagens e modos de ensino, dedicação e tempo. Somente com base nestas premissas tão claras, o Acompanhamento Educacional Especializado, de fato, pode se efetivar, superando um ensino transmissivo, reprodutivo, pré-pronto. Agora, estes serão segundo as necessidades dos alunos, visando seus desafios e capacidades, trabalhando suas habilidades e dando um novo foco à sua aprendizagem.

Sobre alguns desses transtornos compreendemos:

As doenças mentais são compreendidas como transtornos da trajetória da vida, que evoluem a partir de alterações do neurodesenvolvimento e que manifestam seus primeiros sinais na infância. Tal perspectiva enfatiza o papel da escola, pois longe de tratar apenas da questão do aprendizado, os professores e a família possuem condição privilegiada, pois desde que se tornou obrigatória para todas as crianças e jovens brasileiros, esse ambiente passou a ser um local privilegiado de grande concentração de estimulação longitudinal e de grande impacto sobre todos os aspectos da vida. (Bressan, 2014, p. 423).

Come feito, esta pluralidade de sujeitos em seus aspectos únicos e pessoais, onde mais do que termos um olhar adverso, seria relevantemente melhor, aprendermos por meio dessas

situações que se manifestam a nós, compreendendo o que essas relações nos trazem como amadurecimento e crescimento profissional e humano. Sobre isso, vejamos o que nos ensina Mantoan:

O professor inclusivo não procura eliminar a diferença em favor de uma suposta igualdade do alunado - tão almejada pelos que apregoam a homogeneidade da sala de aula. Ele está atento aos diferentes tons das vozes que compõem a turma, promovendo a harmonia, o diálogo, contrapondo-as, complementando - as. (Mantoan, 2015, p.79).

Compreendemos então um profissionalismo que integra, abraça, inclui, busca o crescimento de forma mútua e respeitosa. Visando a atender as necessidades dos estudantes com necessidades especiais, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento, numa aprendizagem concreta e com menos percalços pelo caminho nesse processo de conhecimento. Ainda Mantoan (2015, p. 85) faz seus elogios a tais profissionais e suas metodologias:

Celebra a pedagogia da diversidade com nova maneira de incluir a diversidade no meio escolar: as diferentes etnias, os diferentes gêneros, as minorias e os marginalizados socialmente. A inclusão, nesse sentido, torna-se algo relacionado à ação educativa de repensar todo o processo de ensino para cada aluno, ao invés de buscar fórmulas e modelos - padrão para guiar todo trabalho pedagógico ao longo do ano letivo. Por fim, cabe acrescentar que o processo de inclusão deve ser pensado considerando cada aluno, com suas particularidades e aptidões.

Entendemos por acompanhamento o processo de desenvolvimento de ações devidamente monitoradas, as quais objetivam progressos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com necessidades. Adaptando as atividades, transformando o ensino, superando esquemas padrões e previamente prontos.

De todo modo, deve - se haver essas articulações para uma melhor aplicação do Acompanhamento Especializado. Professores, profissionais, pais e a comunidade na qual estão inseridos. É um trabalho em conjunto necessário para que os benefícios possam também ser alcançados por todos.

Conclusões

Nosso estudo surgiu da necessidade de refletirmos e mostrarmos os processos percorridos por pessoas com transtornos de aprendizagem. Surgiu de nossas curiosidades e questionamentos, da relevância em conhecermos os benefícios da Educação Inclusiva. Não é um assunto que se possa finalizar aqui, uma vez que este está ainda em desenvolvimento e aplicação, no quesito da educação inclusiva. Tantos aspectos ainda temos de aprender, resgatar, reestruturar, superar e transformar para que de fato haja mudanças e melhoras para que a inclusão aconteça.

Percebemos ainda o quanto há para se realizar nessa área de atuação e implementação

de estudo e ensino com acolhimento e valorização, de modo que todos possam ser artífices deste bem e contribuam para uma sociedade mais em comum e livre de preconceitos e descasos. Tratar da Educação Inclusiva, do Atendimento Educacional Especializado e sua relevância é desafiador e gera discussões sobre a dignidade humana em suas muitas dimensões, sejam escolares, familiares, sociais e de bem - estar. É tratar de estruturas, econômicas ou não, dando o apoio e recursos necessários ao seu desenvolvimento. É rever sobre a qualidade de vida destes indivíduos, sobre suas capacidades e sonhos, alcançando todo seu potencial, diante de uma sociedade tão plural e tão diversa.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos** / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 5 v. : il. color.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade: Implicações educativas.** Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: <<http://entreamigos.org.br/sites/default/files/textos/Aprendendo%20na%20Diversidade%20Implica%C3%A7%C3%B5es%20Educativas.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição (1988) da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 2 fev. 2024.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2011.

BRASIL..**Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. **Plano Nacional de Educação Especial.** Brasília, DF, 1977.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

<https://www.scielo.br/j/pusf/a/zz3fYhKgF9QtNhmYXSvYFjD/> Estanislau, G. M.; Bressan, R. A.. 2014. **Saúde Mental na Escola: o que os educadores devem saber**. São Paulo: Artmed. Acesso em: 08 de Fev. de 2024

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/45/resenha-do-livro-inclusao-escolar-o-que-e-por-que-como-fazer> MARQUES, Jardel Delgado. **Resenha do livro "Inclusão escolar- O que é? Por quê? Como fazer?"**. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 45, 24 de novembro de 2020. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/45/resenha-do-livro-inclusao-escolar-o-que-e-por-que-como-fazer** . Acesso em: 30 jan. 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. 2014. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia). Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2014.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de Libras. **Revista Diálogos & Saberes**, v. 8, n. 1, 2012. <https://pt.scribd.com/document/613562323/A-inclusao-de-surdos-no-Brasil-Fabiola-Felix>. Acesso em: 15 jan. 2026.

RODRIGUES, D. **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. Potenciais dificuldades e facilidades na Educação de alunos com deficiência intelectual. *Educação e pesquisa*, São Paulo. v. 38, n. 4, p. 935-948, 2012. <https://www.scielo.br/j/ep/a/xFx3Cz3H5dP9kGhk9Vm3s8y/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 06 fev. 2026.

STAINBACK S.; STAINBACK W. **Inclusão: Um guia para Educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Política e Prática em Educação para Necessidades Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.